

SCHULZ S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO
ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E
CONSOLIDADAS EM 30 DE SETEMBRO DE 2013

(Em milhares de Reais exceto quando indicado de outra forma)

NOTA 1 - CONTEXTO OPERACIONAL

A Schulz S.A. é uma sociedade de capital aberto, cujos atos constitutivos datados de 04/07/1963 estão arquivados na Jucesc sob nº 4230008486. Está registrada no CNPJ - Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas sob o nº 84.693.183/0001-68. Está sediada na cidade de Joinville - SC, Rua Dona Francisca, 6901, CEP 89.219-600.

A Sociedade tem por objeto: (1) A indústria, o comércio, a importação e a exportação de produtos metalúrgicos, de compressores de ar em geral, de compressores de ar e de bombas de vácuo destinados à área da saúde, de ferramentas manuais, pneumáticas e elétricas, de ferramentas manuais de fixação, aperto e corte, de máquinas, ferramentas, utensílios e acessórios para pulverizar e para trabalhar metais, de materiais de escavação e de penetração do solo, de aspiradores, de hidrolavadoras, de bombas e motobombas para recalque de água, de equipamentos mecânicos, hidráulicos e elétricos, bem como de partes, componentes e periféricos desses produtos. (2) A comercialização de graxas e óleos lubrificantes utilizados nos produtos de sua indústria e de seu comércio. (3) A prestação de serviços de usinagem e de pintura de peças fundidas, de prospecção, de instalação, de manutenção e de assistência técnica relacionada com os produtos de sua indústria e de seu comércio. (4) A locação, para quaisquer fins, de compressores de ar e de outros equipamentos de sua indústria e de seu comércio. (5) A participação em outras sociedades, quaisquer que sejam os seus objetivos sociais, para beneficiar-se, ou não, de incentivos fiscais.

A emissão destas demonstrações financeiras foi autorizada pela administração da Companhia em 21 de outubro de 2013.

NOTA 2 - BASES DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras da Companhia e de suas controladas, compreendem:

a) Demonstrações Financeiras Individuais da Controladora

As demonstrações financeiras individuais da controladora foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com atendimento integral da Lei nº 11.638/07 e Lei nº 11.941/09, e pronunciamentos emitidos pelo CPC - Comitê de Pronunciamentos Contábeis e aprovados pelo CFC - Conselho Federal de Contabilidade e pela CVM – Comissão de Valores Mobiliários. As demonstrações financeiras individuais apresentam a avaliação dos investimentos em controladas pelo método da equivalência patrimonial, de acordo com a legislação brasileira vigente, dessa forma, não são consideradas como estando conforme as IFRS, que exigem a avaliação desses investimentos nas demonstrações separadas da controladora pelo custo ou valor justo.

b) Demonstrações Financeiras Consolidadas

As demonstrações financeiras consolidadas foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as normas internacionais de contabilidade (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standard Board - IASB e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com atendimento integral da Lei nº 11.638/07 e Lei nº 11.941/09, e pronunciamentos emitidos pelo CPC - Comitê de Pronunciamentos Contábeis e aprovados pelo CFC - Conselho Federal de Contabilidade e pela CVM – Comissão de Valores Mobiliários.

Como não existe diferença entre o patrimônio líquido consolidado e o resultado consolidado atribuíveis aos acionistas da controladora, constantes nas demonstrações financeiras consolidadas preparadas de acordo com as IFRS e as práticas contábeis adotadas no Brasil, e o patrimônio líquido e o resultado da controladora, constantes nas demonstrações financeiras individuais preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, a Companhia optou por apresentar essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas em um único conjunto.

NOTA 3 - RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

3.1 Demonstrações Financeiras Consolidadas

As demonstrações financeiras consolidadas são compostas pelas demonstrações financeiras da Schulz S.A. e suas controladas apresentadas abaixo:

Controlada	País	% de Participação	
		30/09/2013	31/12/2012
Schulz of América, Inc.	USA	100,00%	100,00%
Automotive Schulz of Europe-GMBH	Alemanha	100,00%	100,00%

Os critérios adotados na consolidação são aqueles previstos na Lei nº 6.404/76 com as alterações promovidas pela Lei nº 11.638/07 e Lei nº 11.941/09, dos quais destacamos os seguintes:

- Eliminação dos saldos das contas ativas e passivas decorrentes das transações entre as sociedades incluídas na consolidação;
- Eliminação dos investimentos nas sociedades controladas na proporção dos seus respectivos patrimônios;
- Eliminação das receitas e das despesas decorrentes de negócios com as sociedades incluídas na consolidação; e,
- Padronização das políticas contábeis e dos procedimentos usados pelas sociedades incluídas nestas demonstrações financeiras consolidadas com os adotados pela controladora, com o propósito de apresentação usando bases de classificação e mensuração uniformes.

3.2 Classificação de Itens Circulantes e Não Circulantes

No Balanço Patrimonial, ativos e obrigações vincendas ou com expectativa de realização dentro dos próximos 12 meses são classificados como itens circulantes e aqueles com vencimento ou com expectativa de realização superior a 12 meses são classificados como itens não circulantes.

3.3 Compensação Entre Contas

Como regra geral, nas demonstrações financeiras, nem ativos e passivos, ou receitas e despesas são compensados entre si, exceto quando a compensação é requerida ou permitida por um pronunciamento ou norma brasileira de contabilidade e esta compensação reflete a essência da transação.

3.4 Conversão de Moeda Estrangeira

Os itens nestas demonstrações financeiras são mensurados em moeda funcional Reais (R\$) que é a moeda do principal ambiente econômico em que a empresa atua e na qual é realizada a maioria de suas transações, e são apresentados nesta mesma moeda.

a) Transações em moeda estrangeira

Transações em outras moedas são convertidas para a moeda funcional conforme determinações do Pronunciamento Técnico CPC 02 - Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Financeiras. Os itens monetários são convertidos pelas taxas de fechamento e os itens não monetários pelas taxas da data da transação.

b) Conversão de controlada no exterior

Os ativos e passivos de controladas no exterior são convertidos para Reais pela taxa de câmbio da data de fechamento das demonstrações contábeis e as correspondentes demonstrações de resultado são convertidas pela taxa de câmbio média do período. As diferenças cambiais resultantes das referidas conversões são contabilizadas diretamente no Patrimônio Líquido na rubrica de Ajuste de Avaliação Patrimonial, até a venda desse investimento, quando os saldos serão registrados na demonstração do resultado do exercício.

3.5 Caixa e Equivalentes de Caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem numerário em poder da empresa, depósitos bancários de livre movimentação e aplicações financeiras de curto prazo e de alta liquidez com vencimento original em três meses ou menos.

3.6 Ativos Financeiros

A Companhia classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo por meio do resultado, empréstimos e recebíveis e disponíveis para venda. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial.

(a) Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado

Os ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação. Um ativo financeiro é classificado nessa categoria se foi adquirido, principalmente, para fins de venda no curto prazo. Os ativos dessa categoria são classificados como ativos circulantes.

(b) Empréstimos e recebíveis

Os empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data de emissão do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes). Os empréstimos e recebíveis da Companhia compreendem “contas a receber de clientes e demais contas a receber” e “caixa e equivalentes de caixa”.

Reconhecimento e mensuração:

As compras e as vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação - data na qual a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo. Os investimentos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo. Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos da transação são debitados à demonstração do resultado.

Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa dos investimentos tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que a Companhia tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios da propriedade. Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são subsequentemente, contabilizados pelo valor justo. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa de juros efetiva.

Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado são apresentados na demonstração do resultado no período em que ocorrem.

A Companhia avalia, na data do balanço, se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros está desvalorizado (*impairment*).

3.7 Contas a Receber de Clientes

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber de clientes pela venda de mercadorias ou prestação de serviços no decurso normal das atividades da Companhia.

As contas a receber de clientes, inicialmente, são reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa de juros efetiva menos a provisão para *impairment* (perdas no recebimento de créditos). Normalmente na prática são reconhecidas ao valor faturado ajustado a valor presente quando relevante e ajustado pela provisão para *impairment* se necessária.

3.8 Estoques

Os estoques estão registrados pelo menor valor entre o custo e o valor líquido realizável. O custo é determinado usando o método do custo médio. O custo dos produtos acabados e em elaboração compreende o custo das matérias-primas, mão-de-obra e outros custos indiretos relacionados à produção baseados na ocupação normal da capacidade e não inclui o custo de empréstimos e financiamentos. O valor líquido realizável é estimado com base no preço de venda dos produtos em condições normais de mercado, menos as despesas variáveis de vendas.

3.9 Investimentos

a) Investimentos em sociedades controladas

Nas demonstrações financeiras da controladora, os investimentos permanentes em sociedades controladas, são avaliados pelo método da equivalência patrimonial.

b) Propriedades para investimento

As propriedades para investimento são mantidas para auferir aluguel ou para valorização do capital. Não são mantidas para uso na produção ou fornecimento de bens ou serviços, finalidades administrativas ou venda no curso ordinário do negócio.

As propriedades para investimento são inicialmente reconhecidas pelo seu custo e após o reconhecimento inicial a companhia mensura as propriedades para investimento pelo método do valor justo, sendo as variações do valor justo reconhecidas no resultado.

3.10 Imobilizado

O valor justo apurado em 1º de janeiro de 2010 foi considerado como o custo atribuído destes ativos em 1º de janeiro de 2009, data de transição as normas internacionais de contabilidade (IFRS – *International Financial Reporting Standards*).

O custo de aquisição registrado no imobilizado está líquido dos tributos recuperáveis, e a contrapartida está registrada em impostos a recuperar.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídos é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos.

Os terrenos não são depreciados. A depreciação de outros ativos é calculada usando o método linear durante a vida útil estimada.

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício. O valor contábil de um ativo é imediatamente ajustado se este for maior que seu valor recuperável estimado.

3.11 Intangível

Os ativos intangíveis adquiridos são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável.

Ativos intangíveis gerados internamente, excluindo custos de desenvolvimento capitalizados, não são capitalizados, e o gasto é refletido na demonstração do resultado no exercício em que for incorrido.

A vida útil de ativo intangível é avaliada como definida ou indefinida. Ativos intangíveis com vida definida são amortizados ao longo da vida útil econômica e avaliados em relação à perda por redução ao valor

recuperável sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo. Ativos com vida útil indefinida não são amortizados, mas são testados anualmente em relação a perdas por redução ao valor recuperável individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa.

a) **Ágio**

O ágio (*goodwill*) é representado pela diferença positiva entre o valor pago ou a pagar e o montante líquido do valor justo dos ativos e passivos da entidade adquirida. O ágio de aquisições de controladas é registrado como "ativo intangível". O deságio, quando ocorrer é registrado como ganho no resultado do período, na data da aquisição. O ágio é testado anualmente para verificar prováveis perdas (*impairment*) e contabilizado pelo seu valor de custo menos as perdas acumuladas por *impairment*, que não são revertidas.

b) **Licenças**

As licenças de software adquiridas são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os softwares e fazer com que eles estejam prontos para ser utilizados. Esses custos são amortizados durante sua vida útil estimada.

c) **Desenvolvimento de Projetos**

Os gastos com desenvolvimento vinculados a inovações tecnológicas dos produtos existentes são capitalizados, se tiverem viabilidade tecnológica e econômica, e amortizados pelo período esperado de benefícios dentro do grupo de despesas operacionais.

Após o reconhecimento inicial, o ativo é apresentado ao custo menos amortização acumulada e perdas de seu valor recuperável. A amortização é iniciada quando o desenvolvimento é concluído e o ativo encontra-se disponível para uso, pelo período dos benefícios econômicos futuros.

3.12 Impairment de Ativos Não Financeiros

Os ativos que estão sujeitos à depreciação ou amortização são revisados para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável.

Uma perda por *impairment* é reconhecida pelo valor ao qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável. Este último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o valor em uso.

Para fins de avaliação do *impairment*, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa - UGC). Os ativos não financeiros, exceto o ágio, que tenham sofrido *impairment*, são revisados para a análise de uma possível reversão do *impairment* na data de apresentação das demonstrações financeiras.

3.13 Contas a Pagar a Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso ordinário dos negócios e são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa de juros efetiva. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente, ajustada a valor presente quando relevante.

3.14 Empréstimos e Financiamentos

Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos da transação incorridos e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa de juros efetivos.

3.14. 1 Arrendamentos

Arrendamento mercantil financeiro é aquele em que há transferência substancial dos riscos e benefícios inerentes à propriedade de um ativo. O título de propriedade pode ou não vir a ser transferido. Arrendamento mercantil operacional é um arrendamento mercantil que não se enquadra como arrendamento mercantil financeiro.

Os arrendamentos mercantis financeiros são registrados como ativos e passivos similarmente a operações de financiamento por quantias iguais ao valor justo do bem arrendado ou, se inferior, ao valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento mercantil, cada um determinado no início do arrendamento mercantil. Os pagamentos do arrendamento mercantil são segregados entre encargo financeiro lançado ao resultado e redução do passivo em aberto.

3.15 Provisões

As provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente, legal ou não formalizada, como resultado de eventos passados; é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e o valor foi estimado com segurança.

Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de a Companhia liquidá-las é determinada, levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes do imposto, a qual reflete as avaliações atuais do mercado do valor temporal do dinheiro e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

3.16 Imposto de Renda e Contribuição Social

As despesas fiscais do período compreendem o imposto de renda corrente e diferido. O imposto é reconhecido na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiver relacionado com itens reconhecidos diretamente no patrimônio. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio.

O encargo de imposto de renda corrente é calculado com base nas leis tributárias promulgadas, na data do balanço do país em que a Companhia atua e gera lucro real. A administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Companhia nas declarações de impostos de renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações. Estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores que deverão ser pagos às autoridades fiscais.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos lançados no passivo não circulante decorrem de diferenças temporárias originadas entre receitas e despesas lançadas no resultado, entretanto, adicionadas ou excluídas temporariamente na apuração do lucro real e da contribuição social. Os ativos

decorrentes de créditos tributários diferidos somente são reconhecidos quando há expectativa da geração de resultados futuros suficientes para compensá-los.

3.17 Participação nos Resultados

A Companhia reconhece como provisão de despesas de participação(outras despesas operacionais) e no passivo, a provisão de participação nos resultados com base no programa PPR, para o exercício de 2013, cujo acordo foi aprovado pela Comissão de Fábrica e protocolado no Sindicato Laboral, e que leva em conta a avaliação de desempenho comparada com as metas setoriais internas.

3.18 Apuração do Resultado

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil da competência dos exercícios, tanto para o reconhecimento de receitas quanto de despesas.

3.19 Reconhecimento das Receitas de Vendas

A receita de vendas compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos e serviços no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos, bem como, após a eliminação das vendas entre empresas da Companhia.

A empresa reconhece a receita quando:

- (i) o valor da receita pode ser mensurado com segurança;
- (ii) é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a entidade; e,
- (iii) quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades da Companhia. O valor da receita não é considerado como mensurável com segurança até que todas as contingências relacionadas com a venda tenham sido resolvidas. A Companhia baseia suas estimativas em resultados históricos, levando em consideração o tipo de cliente, o tipo de transação e as especificações de cada venda.

3.20 Subvenções Governamentais

As subvenções governamentais, por tratar-se de concessão de empréstimo com juros inferiores ao mercado são contabilizados e divulgados os efeitos da assistência governamental da qual a companhia tenha se beneficiado.

3.21 Julgamento e Uso de Estimativas Contábeis

A preparação de demonstrações financeiras requer que a administração da Companhia se baseie em estimativas para o registro de certas transações que afetam os ativos e passivos, receitas e despesas, bem como a divulgação de informações sobre dados das suas demonstrações financeiras. Os resultados finais dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em períodos subsequentes, podem diferir dessas estimativas.

As políticas contábeis e áreas que requerem um maior grau de julgamento e uso de estimativas na preparação das demonstrações financeiras, são:

- a) Créditos de liquidação duvidosa que são inicialmente provisionados e posteriormente lançados para perda quando esgotadas as possibilidades de recuperação;
- b) Constituição de provisão para perdas nos estoques;
- c) Vida útil e valor residual dos ativos imobilizados e intangíveis;
- d) *Impairment* dos ativos imobilizados, intangíveis e ágio; e,
- e) Passivos contingentes que são provisionados de acordo com a expectativa de êxito, obtida e mensurada em conjunto a assessoria jurídica da empresa.

3.22 Ajuste a Valor Presente

Os elementos integrantes do ativo e passivo monetários, decorrentes de operações de longo prazo, e os de curto prazo quando o efeito for relevante são ajustados a valor presente, levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita dos respectivos ativos e passivos. Com base nas análises efetuadas e na melhor estimativa da administração, a Companhia concluiu que o ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários circulantes é irrelevante em relação as demonstrações financeiras tomadas em conjunto e, dessa forma, não registrou nenhum ajuste.

NOTA 4 - GERENCIAMENTO DE RISCO DOS INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Em atendimento a Deliberação CVM nº 604, de 19 de novembro de 2009, que aprovou os Pronunciamentos Técnico CPC nºs 38, 39 e 40, e a Instrução CVM 475, de 17 de dezembro de 2008, a Companhia revisa os principais instrumentos financeiros ativos e passivos, bem como os critérios para a sua valorização, avaliação, classificação e os riscos a eles relacionados, os quais estão descritos a seguir:

- a) **Recebíveis:** São classificados como recebíveis os numerários em caixa, depósitos bancários disponíveis e contas a receber cujos valores registrados aproximam-se, na data do balanço, aos de realização.
- b) **Mensurados ao valor justo por meio do resultado:** As aplicações financeiras são classificadas como equivalentes de caixa por serem de alta liquidez e prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa, sendo mensuradas ao valor justo por meio do resultado.
- c) **Derivativos:** A empresa não mantém operações em derivativos.
- d) **Outros passivos financeiros:** São classificados neste grupo os empréstimos e financiamentos, os saldos mantidos com fornecedores e outros passivos circulantes, que são avaliados pelo custo amortizado.
- e) **Valor justo:** Os valores justos dos instrumentos financeiros são iguais aos valores contábeis.
- f) **Gerenciamento de riscos de instrumentos financeiros:** A Administração da Companhia realiza o gerenciamento a exposição aos riscos de taxas de juros, câmbio, crédito e liquidez em suas operações com instrumentos financeiros dentro de uma política global de seus negócios.

Risco de Crédito

Esses riscos são administrados por critérios rigorosos de análise de crédito e estabelecimento do limite de exposição para cada cliente, ajustados periodicamente conforme o comportamento do risco apresentado.

Risco com taxa de juros

A Companhia monitora continuamente o comportamento das taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de operações para proteger-se contra o risco de volatilidade dessas taxas.

Risco de Exposição Cambial Líquida

Em 30 de setembro de 2013, a Companhia possuía uma exposição cambial contábil de US\$ 35,8 milhões, cuja composição encontra-se detalhada no quadro “Análise de Sensibilidade da Exposição Cambial” desta Nota Explicativa.

Derivativos e Riscos Associados

Em 30 de setembro de 2013, a Companhia não possuía operações com características de instrumentos financeiros derivativos na forma definida pela deliberação CVM nº 550 de 17 de outubro de 2008.

Análise de Sensibilidade dos Instrumentos Financeiros

A fim de apresentar os riscos que podem gerar prejuízos significativos para a empresa, conforme determinado pela CVM, por meio das Instruções nºs. 475 e 550/08, apresentamos a seguir, demonstrativo de análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros que apresentam risco associado à variação na taxa de câmbio (risco de alta do dólar).

Quadro Demonstrativo de Análise de Sensibilidade da Exposição Cambial Líquida				
Descrição	30/09/2013 R\$ Mil	Cenário I R\$ Mil	Cenário II R\$ Mil	Cenário III R\$ Mil
Ativos				
Clientes no Mercado Externo	51.827	53.454	55.778	58.102
Caixa/Bancos - Moeda estrangeira	10.164	10.483	10.939	11.395
Derivativos	-	-	-	-
Total	61.991	63.937	66.717	69.497
Passivos				
Dívida Bancária	140.908	145.331	151.650	157.969
Derivativos	-	-	-	-
Outros Passivos	970	1.000	1.043	1.086
Total	141.878	146.331	152.693	159.055
Exposição Líquida - R\$ Mil	79.887	82.394	85.976	89.558
Exposição Líquida - US\$ Mil	35.824	35.824	35.824	35.824
Taxa Dólar	2,2300	2,3000	2,4000	2,5000

A Companhia entende que os demais instrumentos financeiros não apresentam riscos relevantes e, portanto, dispensam a demonstração da análise de sensibilidade, referida na Instrução nº475/08 e 550/08.

NOTA 5 - CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Caixa e Equivalentes de Caixa	Controladora		Consolidado	
	30/09/2013	31/12/2012	30/09/2013	31/12/2012
Caixa	22	10	22	11
Bancos Conta Movimento	295	2.747	295	2.747
Caixa e Banco - Moeda Estrangeira	9.481	4.590	10.164	8.480
Aplicação Financeira	140.985	89.268	140.985	89.268
Total	150.783	96.615	151.466	100.506

As aplicações financeiras estão lastreadas em certificados de depósito bancário (CDB) e Operações Compromissadas, e tem seu rendimento atrelado ao CDI.

NOTA 6 - CLIENTES E OUTROS CRÉDITOS

Contas a Receber	Controladora		Consolidado	
	30/09/2013	31/12/2012	30/09/2013	31/12/2012
Contas a Receber de Clientes Interno	189.426	163.030	189.426	163.030
Contas a Receber de Clientes Externo	47.824	49.839	51.827	53.559
Contas a Receber de Empresas Ligadas	3.316	2.258		
Impairment (Provisão para Perdas-MI)	(4.691)	(5.293)	(4.691)	(5.293)
Impairment (Provisão para Perdas-ME)	(834)	(879)	(946)	(981)
Contas a Receber de Clientes	235.041	208.955	235.616	210.315
Mútuos				
Adiantamentos	21.095	13.991	21.337	14.125
Outros Créditos	149	1.384	136	1.374
Parcela Circulante	256.285	224.330	257.089	225.814
Outros Créditos	110	118	110	118
Parcela Não Circulante	110	118	110	118
Total a Receber de Clientes	235.041	208.955	235.616	210.315
Total dos Demais Créditos	21.354	15.493	21.583	15.617
Total Geral	256.395	224.448	257.199	225.932
Aging List Contas a Receber de Clientes	30/09/2013	31/12/2012	30/09/2013	31/12/2012
Vencidos de 1 a 30 dias	4.766	5.097	4.195	5.306
Vencidos de 31 a 60 dias	2.026	2.316	2.176	2.513
Vencidos de 61 a 180 dias	3.605	2.263	3.919	2.392
Vencidos acima de 181 dias	8.941	8.302	9.694	8.872
A vencer em até 3 meses	186.842	172.170	186.617	172.321
A vencer mais de 3 meses	34.386	24.979	34.652	25.185
Contas a Receber de Clientes	240.566	215.127	241.253	216.589
Contas a Receber por Tipo de Moeda	30/09/13	31/12/12	30/09/2013	31/12/2012
Reais	189.426	163.030	189.426	163.030
US\$	51.140	52.097	51.827	53.559
Total	240.566	215.127	241.253	216.589

NOTA 7 – ESTOQUES

Estoques	Controladora		Consolidado	
	30/09/2013	31/12/2012	30/09/2013	31/12/2012
Produtos Acabados	28.480	25.289	33.226	29.513
Impairment de Produtos Acabados	(1.631)	(1.541)	(1.631)	(1.541)
Produtos em Elaboração	5.998	1.506	5.998	1.506
Matéria-Prima	20.506	27.102	20.506	27.102
Materiais Consumo Produção	6.190	5.286	6.190	5.286
Consignação	18.502	16.419	18.502	16.419
Revenda	47.856	29.592	47.856	29.592
Outros Estoques	12.700	9.712	12.700	9.712
Total	138.601	113.365	143.347	117.589

NOTA 8 - IMPOSTOS A RECUPERAR

Impostos a Recuperar	Controladora		Consolidado	
	30/09/2013	31/12/2012	30/09/2013	31/12/2012
ICMS a Recuperar	2.479	2.076	2.479	2.076
IPI a Recuperar	3.015	2.065	3.015	2.065
IRPJ/CSLL	6.999		6.999	
Pis/Cofins a Recuperar	1.993	2.880	1.993	2.880
Outros Impostos	64	55	64	55
Parcela Circulante	14.550	7.076	14.550	7.076
ICMS a Recuperar	2.156	2.479	2.156	2.479
Parcela Não Circulante	2.156	2.479	2.156	2.479
Total	16.706	9.555	16.706	9.555

NOTA 9 – EMPRÉSTIMOS COMPULSÓRIOS ELETROBRÁS

Em 10 de outubro de 2012, a Companhia obteve sentença transitada em julgado favorável conforme documento “Cumprimento de Sentença nº 2005.72.01.004956-7/SC”, inclusive, no que se refere aos valores calculados efetuados pela Contadoria da Juíza.

NOTA 10 - INVESTIMENTOS

Investimentos	Controladora		Consolidado	
	30/09/2013	31/12/2012	30/09/2013	31/12/2012
Investimentos em Sociedades Controladas	7.695	6.592		
Propriedades para Investimento	6.460	6.710	6.460	6.710
Total	14.155	13.302	6.460	6.710

10.1 Investimentos em Sociedades Controladas

Nas demonstrações financeiras da controladora estão reconhecidos os seguintes investimentos em sociedades controladas, avaliados pelo patrimônio líquido das investidas, conforme participação em cada empresa:

Controladora									
Nome	País	Ativos	Passivos	Patrimônio Líquido	Receitas	Resultado Líquido do Período	% de Participação	Equivalência Patrimonial	Valor do Investimento
Em 31 de dezembro de 2012									
Schulz of América, Inc.	USA	11.622	5.293	6.329	8.517	4.143	100,00%	4.143	6.329
Em 30 de setembro de 2013									
Schulz of América, Inc.	USA	9.293	1.884	7.409	7.437	481	100,00%	481	7.409
Em 31 de dezembro de 2012									
Automotive Schulz of Europe-GMBH	Alemanha	303	40	263	33	(1)	100,00%	(1)	263
Em 30 de setembro de 2013									
Automotive Schulz of Europe-GMBH	Alemanha	317	31	286		5	100,00%	5	286

Nas demonstrações financeiras consolidadas esses investimentos foram eliminados, sendo as sociedades controladas, totalmente consolidadas conforme os critérios apresentados na nota 3.1.

10.2 Propriedade para Investimento

Propriedade para Investimento	Controladora e Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2012	6.710
Adições	
Baixas	(250)
Valor Justo	
Saldo em 30 de setembro de 2013	6.460

A Companhia contratou especialistas para obter o valor justo de um terreno de 62.517 m2, classificado como propriedade para investimento. O valor justo desta propriedade foi obtido na data base de 31 de dezembro de 2012, atendendo a deliberação CVM nº 584 de 31 de julho de 2009 que aprova o Pronunciamento Técnico CPC 28 - Propriedade para Investimento.

NOTA 11 – IMOBILIZADO

Imobilizado	Controladora								
	Terrenos	Edificações e Benfeitorias	Máquinas e Equipamentos	Móveis e Utensílios	Veículos	Instalações e Ferramentas	Equipamentos de Informática	Outros	Imobilizado Andamento
Taxas anuais de depreciação	3%	2,5% a 33%	3% a 20%	5% a 33%	3% a 33%	8% a 20%	4% a 20%		
Em 31 de dezembro de 2012									
Custo	32.100	101.458	340.021	8.436	1.760	97.054	9.088	10.004	22.351
Depreciação Acumulada		(33.415)	(164.084)	(3.476)	(1.145)	(43.812)	(5.182)	(6.181)	
Valor contábil líquido	32.100	68.043	175.937	4.960	615	53.242	3.906	3.823	22.351
Em 30 de setembro de 2013									
Custo	33.048	109.631	349.360	8.470	1.820	103.286	10.308	10.151	16.256
Depreciação Acumulada		(35.419)	(172.887)	(3.640)	(1.215)	(48.344)	(5.893)	(6.438)	
Valor contábil líquido	33.048	74.212	176.473	4.830	605	54.942	4.415	3.713	16.256

Imobilizado	Consolidado								
	Terrenos	Edificações e Benfeitorias	Máquinas e Equipamentos	Móveis e Utensílios	Veículos	Instalações e Ferramentas	Equipamentos de Informática	Outros	Imobilizado Andamento
Taxas anuais de depreciação	3%	2,5% a 33%	3% a 20%	5% a 33%	3% a 33%	8% a 20%	4% a 20%		
Em 31 de dezembro de 2012									
Custo	32.100	101.458	340.106	8.465	1.806	97.054	9.091	10.004	22.351
Depreciação Acumulada		(33.415)	(164.159)	(3.505)	(1.159)	(43.812)	(5.185)	(6.181)	
Valor contábil líquido	32.100	68.043	175.947	4.960	647	53.242	3.906	3.823	22.351
Em 30 de setembro de 2013									
Custo	33.048	109.631	349.450	8.499	1.867	103.286	10.311	10.151	16.256
Depreciação Acumulada		(35.419)	(172.966)	(3.669)	(1.237)	(48.344)	(5.896)	(6.438)	
Valor contábil líquido	33.048	74.212	176.484	4.830	630	54.942	4.415	3.713	16.256

A Companhia procedeu revisão da Vida Útil Econômica do Ativo Imobilizado de acordo com a lei 11.638/07 e 11.941/09, atendendo em especial a deliberação CVM nº 583, de 31 de julho de 2009, que aprova o Pronunciamento Técnico CPC 27 o qual aborda o assunto do ativo imobilizado e sua vida útil e a deliberação CVM nº 619, de 22 de dezembro 2009 que aprova a Interpretação Técnica ICPC 10.

Metodologia utilizada para determinar o novo cálculo da depreciação

A base adotada para determinar o novo cálculo da depreciação foi a política da Companhia que demonstra as novas vidas úteis e os percentuais de residual para cada item do ativo imobilizado das unidades avaliadas. Para cada família de itens a Companhia estabeleceu uma nova vida útil conforme as premissas, critérios e elementos de comparação citados abaixo.

A base adotada para revisão do cálculo da depreciação foram as seguintes premissas e critérios:

- Mudanças na utilização dos bens;
- Aquisições do período;
- Mudanças nos processos produtivos que possam levar ao desgaste maior dos bens;
- Alteração no plano de manutenção;
- Mudanças na política da Cia sobre renovação de ativos;
- Estado de conservação dos bens, através da inspeção “*in loco*”;
- Dados históricos;
- Experiência da CIA com ativos semelhantes;
- Mudanças no ambiente econômico onde a CIA atua;
- Informações contábeis;
- Pesquisas Internas (entrevistas com os responsáveis das áreas);

- Especificações técnicas e,
- Alinhamento ao planejamento geral do negócio.

Na determinação da política de estimativa de vida útil, os critérios utilizados pelos especialistas foram o estado de conservação dos bens, evolução tecnológica, a política de renovação dos ativos, e a experiência da Companhia com seus ativos.

Em 30 de setembro de 2013, nas demonstrações consolidadas, o montante de R\$ 21.911 (R\$ 18.192 em 30 de setembro 2012), referente à depreciação do imobilizado foi debitado ao resultado na rubrica de “custo dos produtos vendidos”, o montante de R\$ 240 (R\$ 244 em 30 de setembro de 2012) como “despesas comerciais” e o montante de R\$ 1.104 (R\$ 986 em 30 de setembro de 2012) como “despesas gerais e administrativas”.

Em virtude de diversos contratos de financiamento, cujo saldo devedor em 30 de setembro de 2013 totalizava R\$ 18.636 (R\$ 18.526 em 31 de dezembro de 2012), a Companhia possui alienação fiduciária de bens do imobilizado representados por máquinas e equipamentos.

Além disto, a Companhia também possui parte do seu imobilizado gravado por garantia hipotecária proveniente de operação de empréstimo, cujo saldo devedor em 30 de setembro de 2013 era de R\$ 11.386 (R\$ 17.531 em 31 de dezembro de 2012).

NOTA 12 – INTANGÍVEL

Intangível	Controladora					
	Marcas	Patentes	Desenv. Projetos	Programas de Computador	Ágio - Goodwill	Total
Taxas anuais de amortização	0%	0%	7%	8 a 20%	0%	
Em 31 de dezembro de 2012						
Custo	121	17	19.699	8.044	556	28.437
Amortização Acumulada	(95)		(7.163)	(4.645)		(11.903)
Valor contábil líquido	26	17	12.536	3.399	556	16.534
Adições			2.108			2.108
Transferências			(867)	337		(530)
Transferência Amortização			2.205			2.205
Baixas			(749)	(18)		(767)
Amortização			(782)	(581)		(1.363)
Baixa Amortização			93	18		111
Saldo Final	26	17	14.544	3.155	556	18.298
Em 30 de setembro de 2013						
Custo	121	17	20.191	8.363	556	29.248
Amortização Acumulada	(95)		(5.647)	(5.208)		(10.950)
Valor contábil líquido	26	17	14.544	3.155	556	18.298

Intangível	Consolidado					
	Marcas	Patentes	Desenvolv. Projetos	Programas de Computador	Ágio - Goodwill	Total
Taxas anuais de amortização	0%	0%	7%	8 a 20%	0%	
Em 31 de dezembro de 2012						
Custo	121	17	19.699	8.044	556	28.437
Amortização Acumulada	(95)		(7.163)	(4.645)		(11.903)
Valor contábil líquido	26	17	12.536	3.399	556	16.534
Adições			2.108			2.108
Transferências			(867)	337		(530)
Transferência Amortização			2.205			2.205
Baixas			(749)	(18)		(767)
Amortização			(782)	(581)		(1.363)
Baixa Amortização			93	18		111
Saldo Final	26	17	14.544	3.155	556	18.298
Em 30 de setembro de 2013						
Custo	121	17	20.191	8.363	556	29.248
Amortização Acumulada	(95)		(5.647)	(5.208)		(10.950)
Valor contábil líquido	26	17	14.544	3.155	556	18.298

As marcas e o ágio são decorrentes do processo de aquisição e incorporação da SOMAR S.A. – Indústrias Mecânicas, conforme apresentado na nota explicativa 24.

Em 30 de setembro de 2013, nas demonstrações consolidadas, o montante de R\$ 910 (R\$ 980 em 30 de setembro de 2012) foi registrado como “custo dos produtos vendidos” e o montante de R\$ 457 (R\$ 598 em 30 de setembro de 2012) como “despesas gerais e administrativas”.

NOTA 13 - RECUPERABILIDADE DOS ATIVOS (IMPAIRMENT)

Anualmente ou quando houver indicação que uma perda foi sofrida, a empresa realiza o teste de recuperabilidade dos saldos contábil de ativos intangíveis, imobilizado e outros ativos não circulantes, para determinar se estes ativos sofreram perdas por “impairment”.

Estes testes são realizados de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 01 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos.

A empresa realizou o teste de recuperabilidade para os ativos intangíveis, imobilizado e outros ativos circulantes, sendo identificadas as seguintes perdas por “impairment”:

Impairment	Controladora		Consolidado	
	Contas a receber	Estoques	Contas a Receber	Estoques
Em 31 de dezembro de 2012	(6.172)	(1.541)	(6.274)	(1.541)
Constituições (resultado)	(2.854)	(90)	(2.875)	(90)
Reversões (resultado)	1.543		1.543	
Baixas contra provisões	1.958		1.969	
Em 30 de setembro de 2013	(5.525)	(1.631)	(5.637)	(1.631)

NOTA 14 - FORNECEDORES E OUTRAS OBRIGAÇÕES

Fornecedores e Outras Obrigações	Controladora		Consolidado	
	30/09/2013	31/12/2012	30/09/2013	31/12/2012
Contas a Pagar a Fornecedores Interno	44.493	37.443	44.493	37.443
Contas a Pagar a Fornecedores Externo	1.846	4.388	969	4.209
Contas a Pagar a Empresas Ligadas	264	515		
Contas a Pagar a Fornecedores	46.603	42.346	45.462	41.652
Obrigações Sociais	26.398	17.779	26.398	17.779
Obrigações Tributárias	17.738	10.557	14.875	12.179
Diretores e Acionistas	2.687	11.032	2.687	11.032
Incorporação Somar	3.385	3.206	3.385	3.206
Adiantamentos de Clientes	6.311	4.935	6.311	4.935
Outras Contas a Pagar	10.589	2.436	10.624	2.477
Parcela Circulante	113.711	92.291	109.742	93.260
Obrigações Tributárias	7.677	7.831	7.677	7.831
Contas a Pagar a Fornecedores Interno	1.355	1.355	1.355	1.355
(-) AVP Fornecedores	(144)	(235)	(144)	(235)
Incorporação Somar	1.410	3.740	1.410	3.740
Parcela Não Circulante	10.298	12.691	10.298	12.691
Total a Pagar a Fornecedores	47.814	43.466	46.673	42.772
Total de Outras Contas a Pagar	76.195	61.516	73.367	63.179
Total Geral	124.009	104.982	120.040	105.951
Aging List Contas a Pagar	30/09/2013	31/12/2012	30/09/2013	31/12/2012
Vencidos				
A vencer em até 3 meses	46.227	42.085	45.086	41.391
A vencer mais de 3 meses	1.587	1.381	1.587	1.381
Contas a Pagar a Fornecedores	47.814	43.466	46.673	42.772
Contas a Pagar por Tipo de Moeda	30/09/2013	31/12/2012	30/09/2013	31/12/2012
Reais	45.704	38.563	45.704	38.563
US\$	1.914	4.609	773	3.915
Euro	196	294	196	294
Contas a Pagar a Fornecedores	47.814	43.466	46.673	42.772

NOTA 15 - EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Empréstimos e Financiamentos					Controladora	Controladora	Consolidado	Consolidado
Modalidade	Taxa Média	Garantia	Moeda	Indexador	30/09/13	31/12/12	30/09/13	31/12/12
ACC	VC + 3,05% a.a.	Nota Promissória	Dólar	Pré-Fixada		16.620		16.620
BNDES - FINEM	SELIC +3,00% a a	Fiança Bancária	Real	Pós-Fixada	904	2	904	2
BNDES - FINEM	TJLP + 1,80% aa	Fiança Bancária	Real	Pós-Fixada	704	13	704	13
BNDES - FINEM	TJLP (462) + 1,80% a a	Fiança Bancária	Real	Pós-Fixada	424	8	424	8
BNDES - FINEM	J. Res. 635 (Cód.001) 3,4 + 1,80%	Fiança Bancária	Dólar	Pós-Fixada	328	23	328	23
BNDES-Exim-PSI	7,39% a.a	Nota Promissória/Receíveis	Real	Pré-Fixada	32.274	96.601	32.274	96.601
Capital de Giro	VC+5,84% a.a	Nota Promissória	Dólar	Pré-Fixada			26	2.103
Cédula Crédito Bancário	120% do CDI(CDI + 1,5%)	Alienação Fiduciária	Real	Pós-Fixada	466	331	466	331
Exportação-NCE	CDI + 1,5% a.a.	Nota Promissória/Receíveis	Real	Pós-Fixada	13.684	3.799	13.684	3.799
Exportação-NCE - Resol. 3622	5,5% a.a.	Nota Promissória	Real	Pré-Fixada	81		81	
Fin.Invest - DEG	VC + Libor + 2,94% a.a	Hipoteca	Dólar	Pós-Fixada	7.595	7.109	7.595	7.109
Finame	TJLP + 2,07% a.a	Alienação Fiduciária	Real	Pré-Fixada	2.650	2.930	2.650	2.930
Leasing	202,5% do CDI(16,20% aa)	Alienação Fiduciária	Real	Pós-Fixada	194	176	194	176
Pré-Pgto. Export.	VC + Libor + 3,73% a.a	Nota Promissória	Dólar	Pós-Fixada	30.412	28.323	30.412	28.323
Prodec	4,00% a.a		Real	Pré-Fixada	12.455	8.358	12.455	8.358
Resolução 4131	VC + Libor + 2,60% a.a	Nota Promissória/Receíveis	Dólar	Pós-Fixada	413	153	413	153
Vendor	135% do CDI	Nota Promissória	Real	Pós-Fixada	4.582	3.708	4.582	3.708
Total do Circulante					107.166	168.154	107.192	170.257
Modalidade	Taxa Média	Garantia	Moeda	Indexador				
BNDES - FINEM	SELIC +3,00% a a	Fiança Bancária	Real	Pós-Fixada	2.101	2.135	2.101	2.135
BNDES - FINEM	TJLP + 1,80% aa	Fiança Bancária	Real	Pós-Fixada	3.917	4.617	3.917	4.617
BNDES - FINEM	TJLP (462) + 1,80% a a	Fiança Bancária	Real	Pós-Fixada	2.355	2.770	2.355	2.770
BNDES - FINEM	J. Res. 635 (Cód.001) 3,4 + 1,80%	Fiança Bancária	Dólar	Pós-Fixada	1.967	2.080	1.967	2.080
BNDES-Exim-PSI	7,39% a.a	Nota Promissória	Real	Pré-Fixada	106.920	49.227	106.920	49.227
Cédula Crédito Bancário	120% do CDI(CDI + 1,5%)	Alienação Fiduciária	Real	Pós-Fixada	638	686	638	686
Exportação-NCE	CDI + 1,5% a.a.	Nota Promissória/Receíveis	Real	Pós-Fixada	85.550	43.128	85.550	43.128
Exportação-NCE - Resol. 3622	5,5% a.a.	Nota Promissória	Real	Pré-Fixada	10.000		10.000	
Fin.Invest - DEG	VC + Libor + 2,94% a.a	Hipoteca	Dólar	Pós-Fixada	3.791	10.422	3.791	10.422
Finame	TJLP + 3,18% a.a	Alienação Fiduciária	Real	Pré-Fixada	14.688	14.256	14.688	14.256
Leasing	202,5% do CDI(16,20% aa)	Alienação Fiduciária	Real	Pós-Fixada		147		147
Pré-Pgto. Export.	VC + Libor + 3,73% a.a	Nota Promissória	Dólar	Pós-Fixada	64.511	43.724	64.511	43.724
Prodec	4,00% a.a		Real	Pré-Fixada	1.207	10.569	1.207	10.569
Resolução 4131	VC + Libor + 2,60% a.a	Nota Promissória/Receíveis	Dólar	Pós-Fixada	31.865	29.200	31.865	29.200
Total do Não Circulante					329.510	212.961	329.510	212.961
Total de Empréstimos e Financiamentos					436.676	381.115	436.702	383.218
Escalonamento da Dívida					30/09/13	31/12/12	30/09/13	31/12/12
Em até 6 meses					61.088	104.980	61.088	105.983
De 6 meses a 1 ano					46.078	63.174	46.104	64.274
De 1 a 2 anos					134.748	67.046	134.748	67.046
De 2 a 3 anos					131.165	91.506	131.165	91.506
De 3 a 5 anos					57.072	46.343	57.072	46.343
Acima de 5 anos					6.525	8.066	6.525	8.066
Total de Empréstimos e Financiamentos					436.676	381.115	436.702	383.218
Dívida por Tipo de Moeda					30/09/13	31/12/12	30/09/13	31/12/12
Reais - R\$		CP			68.418	115.926	68.418	115.926
Dólar Norte-Americano - US\$		CP			38.748	52.228	38.774	54.331
Reais - R\$		LP			227.376	127.535	227.376	127.535
Dólar Norte-Americano - US\$		LP			102.134	85.426	102.134	85.426
Total de Empréstimos e Financiamentos					436.676	381.115	436.702	383.218
Dívida por Indexação					30/09/13	31/12/12	30/09/13	31/12/12
Taxas Pré-Fixadas					180.275	198.561	180.301	200.664
Taxas-Pós Fixadas					256.401	182.554	256.401	182.554
Total de Empréstimos e Financiamentos					436.676	381.115	436.702	383.218

A Companhia possui empréstimos com taxa de juros subsidiadas pelo PRODEC. A diferença entre os encargos cobrados pelo PRODEC e os encargos que seriam devidos considerando as taxas de juros de mercado atingiu R\$ 632 mil no ano de 2013 e R\$ 1.210 mil durante 2012.

NOTA 16 - IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

IRPJ e CSLL - Passivo	Controladora		Consolidado	
	30/09/13	31/12/12	30/09/13	31/12/12
IRPJ a recolher	8.446	1.825	8.446	1.825
IR Federal Filial EUA				1.623
CSLL a recolher	2.670	2.662	2.670	2.662
Total Passivo Circulante	11.116	4.487	11.116	6.110
IRPJ sobre diferenças temporárias	48.377	39.587	48.377	39.587
CSLL sobre diferenças temporárias	17.442	14.269	17.442	14.269
Total Passivo Não Circulante	65.819	53.856	65.819	53.856

16.1 Tributos Diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre as correspondentes diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto de renda e da contribuição social sobre ativos e passivos e os valores contábeis das demonstrações financeiras, apurados em conformidade com a Deliberação CVM nº 599/09 e Instrução CVM nº 371/02.

As alíquotas desses impostos, definidas atualmente para determinação desses créditos diferidos, são de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social.

A movimentação dos ativos e passivos de imposto de renda diferido durante o exercício é a seguinte:

Movimentação Líquida dos Tributos Diferidos	Controladora e Consolidado				
	Tributos Diferidos Passivos sobre Diferenças Temporárias				
	Diferenças Temporárias	Valor Justo Propr.p/Investim.	Valor Justo Imobilizado	Vida útil Imobilizado	Total
Em 31 de dezembro 2012	273	2.106	28.941	22.536	53.856
Constituição dos Tributos	11.515			4.518	16.033
Baixa dos Tributos	(2.383)	(78)	(1.609)		(4.070)
Em 30 de setembro 2013	9.405	2.028	27.332	27.054	65.819

16.2 Despesas com Tributos sobre o Lucro

A seguir são apresentados os encargos com tributos sobre o lucro registrados no resultado dos períodos:

Conciliação IRPJ/CSLL do Resultado do Período	Controladora		Consolidado	
	30/09/13	30/09/12	30/09/13	30/09/12
Provisão IRPJ	8.506	5.545	8.710	6.409
Provisão CSLL	2.894	2.041	2.894	2.041
Constituição IRPJ sobre diferenças temporárias	11.778	3.763	11.778	3.763
Constituição CSLL sobre diferenças temporárias	4.251	1.367	4.251	1.367
Realização de IRPJ sobre diferenças temporárias	(2.990)	(2.998)	(2.990)	(2.998)
Realização de CSLL sobre diferenças temporárias	(1.078)	(1.076)	(1.078)	(1.076)
IRPJ/CSLL do Resultado do Período	23.361	8.642	23.565	9.506

NOTA 17 – PROVISÕES

A Companhia possui processos em andamento de natureza trabalhista e tributária, e registrados no Exigível a Longo Prazo, para os processos cuja estimativa de perda é considerada provável. Depósitos judiciais foram efetuados no valor de R\$ 4.435 mil (R\$ 4.220 mil em 31 de dezembro de 2012) e são registrados no Realizável a Longo Prazo.

Provisões Contingências	Trabalhistas	Tributárias	Total
Em 31 de dezembro de 2012	769	1036	1805
Constituição de provisões	494	-	494
Reversão de provisões			
Provisões utilizadas			
Em 30 de setembro de 2013	1.263	1.036	2.299

A Companhia possui passivos contingentes considerados pelos assessores jurídicos como possível probabilidade de perda, para os quais não há provisões constituídas. As principais contingências não contabilizadas são as seguintes:

Contingências	Valor da Causa	
	30/09/2013	31/12/2012
Trabalhista e Previdenciária	6.663	5.390
Tributária	5.591	2.530
Cível	172	290
Total	12.426	8.210

NOTA 18 - PARTES RELACIONADAS

18.1 Transações com Controladas

As seguintes transações foram conduzidas com partes relacionadas:

As operações de compra e venda envolvendo partes relacionadas, são efetuadas a preços normais de mercado.

Parte Relacionada	Ativo		Ativo	
	Clientes		Outras Contas a Receber	
	30/09/2013	31/12/2012	30/09/2013	31/12/2012
Automotive Schulz of Europe GMBH	22	30		
Schulz of América, Inc.	3.294	2.232		
Total	3.316	2.262		
Parte Relacionada	Passivo		Passivo	
	Fornecedores		Outras Contas a Pagar	
	30/09/2013	31/12/2012	30/09/2013	31/12/2012
Automotive Schulz of Europe GMBH	22	30		
Schulz of América, Inc.	3.294	2.232		
Total	3.316	2.262		
Parte Relacionada	Resultado(Receitas)		Resultado(Custo)	
	Receita de Vendas		Custo das Vendas	
	30/09/2013	31/12/2012	30/09/2013	31/12/2012
Automotive Schulz of Europe				50
Schulz of América, Inc.	2.840	3.862		
Total	2.840	3.862		50

18.2 Transações com Acionistas e Diretores

Parte Relacionada	Controladora		Consolidado	
	Outras Contas a Pagar		Outras Contas a Pagar	
	30/09/2013	31/12/2012	30/09/2013	31/12/2012
Participação Administradores Estatutários	2.465	3.064	2.465	3.064
Controladores da Incorporada Somar S.A.	4.795	6.946	4.795	6.946
Juros sobre Capital Próprio	62	63	62	63
Dividendos Controladores	160	7.905	160	7.905
Total	7.482	17.978	7.482	17.978

18.3 Remuneração do Pessoal Chave da Administração

Conforme estabelecido e aprovado nas atas da controladora e suas controladas foi atribuída à remuneração dos administradores, sendo esta remuneração caracterizada como benefício de curto prazo. Os demais tipos de remuneração listados no CPC 05 – Divulgação Sobre Partes Relacionadas, não são aplicados.

Descrição	Controladora		Consolidado	
	30/09/2013	30/09/2012	30/09/2013	30/09/2012
Remuneração dos Conselheiros	273	247	273	247
Remuneração Diretoria Estatutária - Pro-labore	2.465	2.285	2.465	2.285
Participação da Administração Estatutária	2.465	-	2.465	-
Total	5.203	2.532	5.203	2.532

A participação da administração estatutária está em conformidade com o Estatuto Social da Companhia.

NOTA 19 - CAPITAL SOCIAL

O Capital Social pertence integralmente a acionistas domiciliados no país, e é formado de 63.816.925 ações, sendo 27.266.565 ações ordinárias e 36.550.360 ações preferenciais, todas sem valor nominal.

As ações preferenciais não terão direito a voto nas deliberações das Assembléias Gerais, sendo conferidas as seguintes vantagens:

- a) Direito a um dividendo mínimo, não cumulativo, de 25% do lucro líquido;
- b) Prioridade no reembolso de capital no caso de liquidação da sociedade;
- c) Dividendo 10% maior do que o atribuído às ações ordinárias.

19.1 Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio

A política de distribuição de dividendos e/ou juros sobre capital próprio está estabelecida na forma da Lei nº 9.249/95, imputados aos dividendos, está estabelecida no artigo 31 ao 33 do Estatuto Social, de 25% no mínimo do lucro líquido do exercício ajustado na forma do artigo 202 da Lei nº 6.404/76.

19.2 Recompra de ações

Em 17/02/2012 o Conselho de Administração, em reunião, aprovou o Programa de Recompra de ações, com recursos de até R\$ 5.000.000,00 (Cinco milhões de reais), mas limitado no máximo a 2.500.000 ações preferenciais, sem alteração do capital social, sendo utilizada reserva de lucros.

NOTA 20 – RECEITAS DE VENDAS

Receita Líquida de Venda	Controladora		Consolidado	
	30/09/2013	30/09/2012	30/09/2013	30/09/2012
Vendas Mercado Interno	662.436	489.268	662.436	489.268
Vendas Zona Franca de Manaus	3.980	4.694	3.980	4.694
Vendas Mercado Externo	100.285	90.655	107.723	96.874
Outras Vendas	1.833	607	1.833	607
Vendas Intercompanhia	2.840	3.241	-	-
(-) Devoluções e Abatimentos	(54.899)	(33.504)	(55.016)	(33.629)
(-) Impostos sobre as Vendas	(133.042)	(95.317)	(133.042)	(95.317)
Receita Líquida de Vendas	583.433	459.644	587.914	462.497

NOTA 21 - RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS

Despesas Financeiras	Controladora		Consolidado	
	30/09/2013	30/09/2012	30/09/2013	30/09/2012
Juros sobre Capital de Giro	15.178	16.781	15.197	16.938
Juros sobre Financiamentos	3.046	2.643	3.046	2.645
Variação Cambial	44.828	33.377	44.828	33.377
Outras Despesas	91	512	91	512
Total de Despesas	63.143	53.313	63.162	53.472

Receita Financeira	Controladora		Consolidado	
	30/09/2013	30/09/2012	30/09/2013	30/09/2012
Variação Cambial	34.013	28.949	34.013	28.949
Aplicações Financeiras	4.241	5.873	4.241	5.873
Outras Receitas	1.301	1.615	1.301	1.617
Total de Receitas	39.555	36.437	39.555	36.439

Resultado Líquido Financeiro	(23.588)	(16.876)	(23.607)	(17.033)
-------------------------------------	-----------------	-----------------	-----------------	-----------------

NOTA 22 - PARTICIPAÇÃO NO RESULTADO

A Companhia mantém o Programa Schulz de Participação no Resultado à seus colaboradores, vinculada ao alcance de metas, cujo acordo para o exercício de 2013 foi assinado pelos representantes da empresa, empregados e sindicato.

A companhia provisionou no Passivo Circulante o valor R\$ 5.097 mil referente à Participação no Resultado que serão distribuídos aos seus colaboradores vinculados a CLT referente ao exercício de 2013. Os Diretores Estatutários não tem participação neste programa.

NOTA 23 - RESULTADO POR AÇÃO

O lucro básico e diluído por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da sociedade, pela quantidade de ações emitidas.

Resultado por Ação		30/09/2013	30/09/2012
Numerador			
Lucro Líquido do exercício atribuído aos acionistas da companhia			
Lucro disponível aos acionistas preferenciais		25.828	15.939
Lucro disponível aos acionistas ordinários		17.516	10.810
Total		43.344	26.749
Denominador (em milhares de ações)			
Quantidade de ações preferenciais emitidas		36.550	36.550
Quantidade de ações ordinárias emitidas		27.267	27.267
Total		63.817	63.817
Resultado básico e diluído por ação (em Reais)			
Ação preferencial		0,70664	0,43608
Ação ordinária		0,64240	0,39644

NOTA 24 - COMBINAÇÃO DE NEGÓCIOS

Em 01 de dezembro de 2009, a Schulz S.A. adquiriu a participação societária na SOMAR S.A. – Indústrias Mecânicas. O preço de aquisição está sendo pago aos cedentes, devidamente corrigido conforme cláusula contratual, em 60 parcelas mensais e consecutivas, no valor de R\$ 200 mil, cada uma. O vencimento da primeira parcela ocorreu em 20 de março de 2010. Em 30/09/2013 a empresa reconheceu obrigação a pagar no passivo circulante, no montante de R\$ 3.385 mil, e no passivo não circulante no montante de R\$ 1.410 mil.

Nesta mesma data, a Schulz S.A. adquiriu a totalidade das ações de emissão da SOMAR S.A – Indústrias Mecânicas, 4.400.000 ações, representativas de 100% de seu capital social. Esta operação foi efetuada considerando o valor justo dos ativos e passivos adquiridos, o que gerou, além da mais valia do imobilizado, um ágio que foi imputado ao ativo Intangível da adquirente.

O valor da diferença entre o valor contábil e o valor justo dos ativos líquidos adquiridos, de acordo com o laudo de avaliação efetuado por empresa especializada, está a seguir demonstrado:

Valor	
Mais valia de construções	2.802
Mais valia de máquinas e equipamentos	800
Mais valia de terrenos	3.969
Ágio	556
Diferença total entre o valor de custo dos ativos líquidos adquiridos e o valor pago	8.127

BENS IMÓVEIS

DIAGNÓSTICO DE MERCADO

Dentre os atributos valorizantes que afetam a liquidez e o valor de mercado do imóvel se destaca a localização do imóvel em região bastante atrativa para atividade industrial, haja vista a facilidade de acesso para recebimento de matéria-prima e escoamento da produção, dotada de boa oferta de comércio e serviços, além de infra-estrutura completa. Além disso, destaca-se o bom padrão construtivo e regular estado de conservação da edificação.

O desempenho do mercado local é normal, o número de ofertas é médio e a demanda é média, esperando-se, assim, uma absorção do imóvel se ofertado pelo valor ora avaliado de médio prazo.

METODOLOGIA AVALIATÓRIA

Foi empregado na presente avaliação o Método Evolutivo definido pela NBR 14.653.

BENS MÓVEIS

METODOLOGIA APLICADA

Foram aplicados na presente avaliação os métodos assim definidos no item 8 da NBR 14653-5-2006:

“Método comparativo direto de dados de mercado: para máquinas isoladas, apura o valor através de bens similares usados. As características diferentes devem ser tratadas por critérios fundamentados pelo engenheiro de avaliações, contempladas as diferentes funções, desempenhos operacionais (volume de produção, qualidade do produto produzido, custo unitário das peças

produzidas), estruturas construtivas (carcaça, acionamentos e comandos) e itens opcionais, entre outros”.

“**Métodos de custos...** Para máquinas, na impossibilidade de uso do método comparativo direto de dados de mercado, utiliza-se a cotação de preços novos junto a fabricantes destes ou similares, com aplicação de depreciação”.

NOTA 25 - COBERTURA DE SEGUROS

Os valores são contratados em bases técnicas que se estimam suficientes para cobertura de eventuais perdas decorrentes de sinistros com bens do Ativo Imobilizado e Estoques, conforme apresentado:

Ramo (modalidade)	Objeto	Valor em Risco (R\$ Mil)
Riscos Nomeados e Operacionais	Máquinas, Equipamentos, Móveis e Utensílios, Edificações e Estoques	648.895
<p>Além da cobertura detalhada acima, em 30/09/2013 a companhia também possuía apólices de seguro para os seguintes riscos:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Lucros cessantes; 2. Responsabilidade Civil; 3. Transportes; 4. Automóvel (Frota); 5. Vida em Grupo; 6. Seguro Garantia 7. Assistência Viagem. 		

NOTA 26 - AVAIS E FIANÇAS

A Companhia concedeu, com o fim de atender exclusivamente suas operações financeiras, aproximadamente R\$ 30,0 milhões (valor de mercado) em hipoteca e alienação fiduciária (nota 15), e R\$ 28,5 milhões em fiança bancária prestada como garantia para o financiamento de projetos de investimento contratados com o BNDES (R\$ 28,2 milhões) e também em decorrência de contratos de compra e venda de energia elétrica (R\$ 264 mil).

NOTA 27 - INSTRUMENTOS FINANCEIROS POR CATEGORIA

Controladora						Controladora					
Ativos Financeiros	30/09/2013			31/12/2012			Passivos Financeiros	30/09/2013		31/12/2012	
	Mensurado pelo Valor justo por meio do resultado	Empréstimos e Recebíveis	Total	Mensurado pelo Valor justo por meio do resultado	Empréstimos e Recebíveis	Total		Mensurado ao custo amortizado	Total	Mensurado ao custo amortizado	Total
Equivalentes de Caixa	140.985	9.798	150.783	89.268	7.347	96.615	Fornecedores	47.814	47.814	43.466	43.466
Clientes		235.041	235.041		208.955	208.955	Empréstimos e Financiamentos	436.676	436.676	381.115	381.115
Outras Aplicações											
Total	140.985	244.839	385.824	89.268	216.302	305.570	Total	484.490	484.490	424.581	424.581

Consolidado						Consolidado					
Ativos Financeiros	30/09/2013			31/12/2012			Passivos Financeiros	30/09/2013		31/12/2012	
	Mensurado pelo Valor justo por meio do resultado	Empréstimos e Recebíveis	Total	Mensurado pelo Valor justo por meio do resultado	Empréstimos e Recebíveis	Total		Mensurado ao custo amortizado	Total	Mensurado ao custo amortizado	Total
Equivalentes de Caixa	140.985	10.481	151.466	89.268	11.238	100.506	Fornecedores	46.673	46.673	42.772	42.772
Clientes		235.616	235.616		210.315	210.315	Empréstimos e Financiamentos	436.702	436.702	383.218	383.218
Outras Aplicações											
Total	140.985	246.097	387.082	89.268	221.553	310.821	Total	483.375	483.375	425.990	425.990

NOTA 28 - INFORMAÇÕES POR SEGMENTO

As informações por segmento estão sendo apresentadas de acordo com o CPC 22 – Informações por Segmento, aprovado pela Deliberação CVM 582/09. A administração definiu os segmentos operacionais da Companhia, com base no modelo de organização e gestão aprovadas pelo Conselho de Administração, contendo as seguintes áreas:

Em 30 de setembro de 2012	Indústria	Comércio	Total
Receita Operacional Líquida	294.467	171.271	465.738
Receita entre Segmentos		(3.241)	(3.241)
Receita de Clientes	294.467	168.030	462.497
Depreciação e Amortização	(17.112)	(3.888)	(21.000)
Ativo Imobilizado e Intangível	303.836	75.344	379.180
Em 30 de setembro de 2013	Indústria	Comércio	Total
Receita Operacional Líquida	408.364	182.390	590.754
Receita entre Segmentos		(2.840)	(2.840)
Receita de Clientes	408.364	179.550	587.914
Depreciação e Amortização	(20.634)	(3.988)	(24.622)
Ativo Imobilizado e Intangível	307.995	78.833	386.828

A administração da Companhia segrega apenas o ativo imobilizado entre os dois segmentos operacionais. Assim o valor dos ativos totais não é apresentado de forma segregada, visto que são comuns aos dois segmentos.

A Companhia realiza venda para o mercado interno e externo, nos segmentos de compressores e automotiva. As vendas para o mercado externo estão assim distribuídas:

Mercado Externo	30/09/2013	30/09/2012
América Latina	21%	20%
EUA e Canadá	30%	32%
Europa	48%	47%
Outros	1%	1%

NOTA 29 – DEMONSTRAÇÃO CÁLCULO LAJIDA (EBITDA)

Demonstramos a seguir o cálculo do LAJIDA (EBITDA) – Lucro Antes dos Juros, Impostos sobre Renda Incluindo Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, Depreciação e Amortização, os valores (em milhares) em conformidade com a Instrução CVM nº 527 de 04/10/2012 e estão de acordo com as publicações das demonstrações consolidadas da companhia divulgadas para os períodos:

LAJIDA(EBITDA)	2.011	2.012	3T '12	3T '13
Lucro Líquido Exercício	49.059	45.934	12.755	15.687
(+) Tributos sobre o Lucro	22.432	17.087	4.084	8.422
(+) Despesas Financeiras Líquidas	17.801	21.853	4.870	6.201
(+) Depreciações, amortizações e exaustões	26.169	28.688	7.347	8.483
TOTAL	115.461	113.562	29.056	38.793
Receita Operacional Líquida	702.750	646.558	163.283	201.366
Margem LAJIDA(EBITDA) sobre ROL	16,43%	17,56%	17,79%	19,26%